



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
História de um Não-Debate: a trajetória da teoria marxista da dependência no Brasil¹			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Fernando Correa Prado²	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Doutorando
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>O debate sobre a dependência na América Latina foi imenso. Nos anos 1960 e 1970, um conjunto de intelectuais e militantes, de variada origem e filiação política, tratou do tema da dependência, geralmente utilizando este conceito como característica central de suas análises sobre as regiões periféricas, em particular sobre a região latino-americana. Esse amplo debate ocorreu em muitos países da América Latina e também em outras partes, repercutindo em diversos intelectuais no mundo todo, gerando uma base teórica e histórica firme para construir uma interpretação crítica do papel da América Latina dentro do sistema mundial capitalista e ainda contribuindo para pensar caminhos políticos de superação das contradições características da estrutura periférica e dependente. No Brasil, porém, essa história foi diferente. Aqui foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Fernando Henrique Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento e até mesmo deformação das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e Ruy Mauro Marini. Revelar como isso foi produzido e reproduzido em diversas e influentes publicações é a principal intenção deste artigo.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Pensamento econômico-social brasileiro; teoria marxista da dependência; debate intelectual			
ABSTRACT			
<p>The debate about dependency in Latin America was immense. In the sixties and seventies, a group of intellectuals of varied origin and political affiliation adopted the issue of dependency, often using this concept as a central element of their analysis on the peripheral regions, particularly on the Latin American region. This extensive debate took place in many Latin American countries and also in other parts of the world, reflecting in several intellectuals worldwide, generating a firm theoretical basis and historical interpretation about the role of Latin America within the world capitalist system, and even helping to think about ways of overcoming political contradictions of the peripheral and dependent structure. In Brazil, however, this history was quite different. Here existed a kind of “unique thought” on dependency analysis, focused largely on the approach produced by Fernando Henrique Cardoso, giving place to a relatively ignorance and even deformation of the contributions inserted in the Marxist tradition, within were inscribed the works of Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra and Ruy Mauro Marini. Reveal how it was produced and presented in several influential publications is the main intention of this paper.</p>			
KEYWORDS			
Brazilian social-economic thought, Marxist dependency theory; intellectual debate.			

I. Introdução

¹ Esta é uma versão reduzida de um texto originalmente escrito para o seminário “Teoria marxista da dependência no Brasil: de Ruy Mauro Marini aos dias de hoje”, realizado no dia 04 de novembro de 2010 como parte do *II Curso sobre Conjuntura - Marxismo latino-americano, Imperialismo, e a conjuntura político-econômica de nosso continente*, organizado pelo jornal Brasil de Fato e Escola Nacional Florestan Fernandes. O texto foi também apresentado no XVI Encontro Nacional de Economia Política, realizado entre os dias 21 e 24 de junho de 2011 no Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia.

² Economista pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em Estudos Latino-Americanos pela Universidade Nacional Autónoma do México e atualmente doutorando em Economia Política Internacional na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Correio eletrônico: fernandoprado@gmail.com

O debate sobre a dependência na América Latina foi imenso. Nos anos 1960 e 1970, um conjunto de intelectuais e militantes, de variada origem e filiação política, tratou do tema da dependência, geralmente utilizando este conceito como característica central de suas análises sobre as regiões periféricas, em particular a região latino-americana. Se no início da década de 1950 a questão do desenvolvimento foi colocada no centro do debate mundial, com impactos significativos para a esfera política e intelectual da América Latina, a partir de meados de 1960 o mote da dependência já começa a ganhar espaço, tornando-se um conceito em disputa, carregado de diferentes matrizes teóricas e políticas.

De fato, é possível dizer que a vitalidade das análises sobre a dependência latino-americana surgiu precisamente dos inúmeros debates realizados em torno ao assunto, impulsionados pela conjuntura específica pela qual passava a América Latina – que, entre tantas expressões, vivia o impacto da Revolução Cubana em 1959; era palco da ideologia nacional-desenvolvimentista; assistia a ascensão das lutas de massas, interrompida no Brasil pelo golpe de 1964, que forçou o exílio de vários intelectuais para a Argentina, México e, principalmente, Chile, país que, por sua vez, logo viveria a chegada de Salvador Allende e a Unidad Popular ao poder, sendo ainda o país sede da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e também do Centro de Estudios Socioeconómicos (CESO) da Universidad de Chile, dois núcleos importantes de análises sobre o subdesenvolvimento e a dependência; tudo isso numa América Latina que também foi protagonista das lutas travadas mundialmente em 1968.³

Pois bem, o amplo debate sobre a dependência existiu e foi riquíssimo, repercutiu em diversos intelectuais no mundo todo, gerou uma base teórica e histórica firme para construir uma interpretação crítica do papel da América Latina dentro do sistema mundial capitalista e, claro, contribuiu para pensar caminhos políticos adequados de superação das contradições características da condição periférica e dependente. Isso ocorreu na maioria dos países da América Latina e também em outras partes do mundo, pelo menos até o fim da década de 1970. No Brasil, porém, essa história foi diferente.

Aqui, na verdade, houve um não-debate, e em seu lugar existiu uma leitura unilateral em relação às contribuições vinculadas ao marxismo e à luta revolucionária latino-americana. Tais contribuições, além de terem sido alvo da censura e da perseguição política, sofreram um sistemático trabalho de deturpação intelectual, no qual o ex-presidente e sociólogo Fernando

³ Sobre a conjuntura do debate sobre a dependência, ver o primeiro capítulo do livro *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, de Vania Bambirra (1978), texto nunca publicado em português. Sobre o impacto das idéias da CEPAL há uma longa bibliografia, da qual se pode mencionar Bielschowsky ([org.], 2000) e Rodríguez (1981). Igualmente sobre a revolução mundial de 1968 há muita bibliografia; para um panorama geral e uma visão pouco comum, ver Wallerstein (1989). Sobre os trabalhos que se nutriram das discussões no CESO, talvez os mais representativos sejam: Theotônio dos Santos (1966, 1967, 1968, 1970, 1973, 1978); Ruy Mauro Marini (1969, 1972, 1991 [1973], 1974, 1976), Vânia Bambirra (1970, 1974, 1978 [1973]), Andre Gunder Frank (1974 [1967], 1971, 1973 [1969]), Orlando Caputo e Roberto Pizarro (1970) e Basso *et al.* (1972).

Henrique Cardoso teve um papel central, contando também com a convivência de diversos intelectuais de peso e com uma tenaz inércia intelectual, que apenas recentemente tem sido rompida. No Brasil, foi se construindo uma espécie de “pensamento único” sobre o tema da dependência centrado em grande medida na perspectiva defendida por Cardoso, de tal modo que se firmou um relativo desconhecimento – e até mesmo deformação – das contribuições inscritas na tradição marxista, dentro da qual estariam as obras de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra e, principalmente, Ruy Mauro Marini. Revelar em linhas gerais como isso foi produzido e reproduzido em diversas e influentes publicações é a principal intenção deste artigo.

Para tanto, na sequência será apresentado primeiramente o começo do que se pode chamar de verdadeiro “boicote” intelectual à teoria marxista da dependência, apontando algumas referências de textos em que Cardoso busca pautar sistematicamente o debate sobre o tema no Brasil. No terceiro ponto, o artigo passa a mostrar outras referências também reveladoras de como o bom debate nunca se deu entre vários importantes intelectuais brasileiros, assinalando que, na mais indulgente das hipóteses, existe uma “inércia intelectual” no sentido de levar adiante a repetição das interpretações oferecidas pela pluma nada balanceada de Cardoso. A quarta seção sobre a “inércia intelectual” e “as ressonâncias atuais” é aberta com um resumo das principais críticas cunhadas em torno à obra de Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini, críticas estas que, como se verá também nessa parte, seguem repetidas sempre que possível, isso quando não se criam novas críticas insustentáveis. Por fim, no que seria uma conclusão provisória – já que este tipo de trabalho de “limpar o terreno do debate” é coletivo e, claro, não termina aqui –, apontamos algumas consequências políticas do histórico não-debate teórico sobre a estrutura dependente e periférica do Brasil dentro do sistema mundial capitalista, deixando em aberto a necessidade de seguir e ampliar a recuperação crítica e prospectiva da teoria marxista da dependência, como uma das possíveis formas de se apropriar das ferramentas teóricas adequadas para a compreensão do papel da América Latina no atual sistema mundial capitalista.

Antes de seguir, cabe dizer que este trabalho forma parte de um crescente esforço de recuperação do pensamento crítico latino-americano, reflexo da conjuntura específica da América Latina na última década. Tal recuperação pode ser visualizada em diversos livros, teses, dissertações, monografias e artigos realizados no Brasil ultimamente, em grande medida como fruto do trabalho de professores e militantes que, em contraposição à avalanche neoliberal, seguiram defendendo e divulgando o pensamento crítico latino-americano.⁴

⁴ Ao final de sua tese Nildo Ouriques acertadamente apontou o seguinte (1995, p. 234): “El colapso del neoliberalismo hará con que nuevos enfoques sobre viejos problemas – integración económica, cultural, política; carácter del estado, etc. – una vez más ganen relevancia, abriendo así amplios espacios para el pensamiento crítico”. De fato, mesmo considerando apenas publicações no Brasil, nos últimos dez anos é notável o crescente interesse pelo tema da dependência. Sem chance de esgotar as referências aqui, e seguramente deixando de lado importantes trabalhos, é

II. A criação do “pensamento único” sobre a dependência

Salvo exceções que confirmam a regra, até poucos anos atrás era precisamente através das mãos de Fernando Henrique Cardoso que se podia “conhecer” acadêmica e politicamente os estudos sobre a dependência na América Latina. Vários artigos de Cardoso, em geral publicados com o apoio institucional do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e republicados em livros que tiveram várias edições em plena ditadura militar, trataram de oferecer um panorama do “estado dos estudos sobre a dependência”, de modo que o debate sobre a dependência foi sendo sistematicamente pautado pelos seus escritos. Nas décadas de 1970 e 1980, enquanto vários livros de Andre Gunder Frank, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Ruy Mauro Marini eram proibidos pela censura, as idéias de Cardoso circulavam livremente pelo Brasil.⁵

Diversos textos do Fernando Henrique Cardoso se prestaram para esta tarefa de delimitar o espaço do debate brasileiro em torno à noção de dependência. Entre esses textos, ao menos três artigos merecem destaque, pois tiveram ampla circulação e mencionam diretamente autores como Theotônio dos Santos, Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini: “Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência”, “As contradições do desenvolvimento-associado” e “As desventuras da Dialética da Dependência”, este último escrito em conjunto com José Serra.

O primeiro artigo mencionado – “Notas...” – foi apresentado inicialmente num Seminário realizado em setembro de 1972 em Dakar sobre “Estratégias para o Desenvolvimento da África e América Latina”, sob o patrocínio do Instituto Africano de Desenvolvimento e Planificação. Em dezembro de 1972 este mesmo texto foi publicado na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales* da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO) e, no ano seguinte, além de uma publicação nos Estados Unidos sob o título “Dependence revisited”, o mesmo texto fez parte

possível lembrar a seguinte bibliografia: Traspadini (1999); Sader ([org.] 2000); Santos (2000); Martins (2003; 2006); Traspadini e Stédile ([org.] 2005); Wagner (2005); Amaral (2005); Luce (2007); Carcanholo (2008); Bonente e Correa (2008); Bueno e Seabra (2009); Vargas (2009); e Castelo ([org.], 2010).

⁵ Para dar apenas alguns exemplos, após Marini ter publicado no México *Subdesarrollo y revolución*, em 1969, *Dialéctica de la dependencia*, em 1973, e *El reformismo y la contrrevolución. Estudios sobre Chile*, em 1976, além de ter organizado antologias fundamentais, escrito artigos para as revistas críticas mais importantes de seu tempo – *Pensamiento crítico*, *Monthly review*, *Les temps modernes*, entre outras – e também contribuído em vários jornais pelo mundo, o primeiro livro dele publicado legalmente no Brasil foi *América Latina: dependência e integração*, de 1992. Enquanto isso, os textos de Cardoso circulavam facilmente através dos órgãos de difusão do CEBRAP e seus livros eram publicados com ampla divulgação: *Dependência e desenvolvimento em América Latina*, publicado em espanhol em 1969 – escrito originalmente em 1967 –, saiu no Brasil já em 1970 pela Editora Difusão Européia do Livro; *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*, publicado em 1971 pela Zahar; *O modelo político e outros ensaios*, publicado originalmente em 1972 pela Bertrand Brasil em sua coleção “Corpo e Alma”, dirigida pelo próprio Cardoso; e, para ficar apenas na década de 1970, em 1975 é publicado *Autoritarismo e democratização*, lançado por Paz e Terra, numa coleção da qual o próprio Cardoso também fazia parte do conselho editorial.

do *Caderno CEBRAP* nº11 – ou seja, fora publicado no Brasil em plena ditadura militar. Sem contar outras reproduções em diferentes livros e compilações fora do Brasil – México, Argentina, etc. –, vale lembrar também que o mesmo artigo foi publicado, no ano de 1976, no livro *América Latina: ensaios de interpretação econômica*, coordenado por José Serra (1976). E, em 1980, momento prévio da chamada “abertura democrática”, o artigo em questão fez parte também da coletânea de artigos organizada pelo próprio Cardoso intitulada *As idéias em seu lugar. Ensaios sobre as Teorias do Desenvolvimento*, sendo que nessa última versão o artigo aparece adaptado da edição em inglês: “A dependência revisitada”. Em suma, um texto de amplíssima divulgação.

Neste artigo, Cardoso apenas começa sua crítica a Andre Gunder Frank e a Ruy Mauro Marini, mas já demonstra certa capacidade de inverter argumentos para melhor criticá-los. Em seu comentário a Frank – na verdade apenas o nomeia, mas não cita nem faz a menor referência a alguma obra dele –, Cardoso deixa aberta uma falsa crítica que viria a ser futuramente a afirmação mais recorrente, apesar de incorreta, sobre os autores da vertente marxista da teoria da dependência: de que para eles “o capitalismo na periferia é inviável”. Em relação a Marini, trata de resumir a tese de “Dialética da dependência: a economia exportadora”⁶, mas inverte o argumento de Marini e assim cria outra falsa polêmica em torno à função da superexploração do trabalho e da mais-valia relativa.⁷

O segundo artigo antes mencionado foi inicialmente publicado com o título de “As contradições do desenvolvimento dependente associado”, mas o mesmo texto foi posteriormente reproduzido com outro título muito mais direto: “As novas teses equivocadas”⁸. Originalmente este

⁶ A referência exata utilizada por Cardoso é: “Rui Mauro Marini, ‘Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora’, *Sociedad y desarrollo*, CESO, vol. I, n. 1, Santiago, março de 1972.” Aqui é importante sublinhar que esta é a primeira versão do ensaio *Dialéctica de la dependencia*, sendo que após o golpe de 1973 no Chile tornou-se praticamente impossível encontrar um exemplar da revista *Sociedad y desarrollo* em qualquer biblioteca chilena, e menos ainda no Brasil. A primeira publicação do ensaio completo se deu em 1973 no México, pela Editorial ERA. Neste caso, Cardoso utiliza a versão naquele momento disponível, que recém começava a circular. Mais adiante ficará patente como outros autores, escrevendo já a finais da década de 1970 e com pleno acesso à edição mexicana de *Dialéctica de la dependencia*, fazem referência àquela primeira versão publicada em *Sociedad y desarrollo*, apesar do quase impossível acesso que se poderia ter desse material.

⁷ Em sua “Memória”, Marini (2005, p. 91-92) comenta este texto de Cardoso nos seguintes termos: “Lançado à circulação, meu ensaio provocou reações imediatas. A primeira crítica veio de Fernando Henrique Cardoso, em comunicação feita ao Congresso Latino-Americano de Sociologia (onde eu recém apresentava o meu texto completo), que se realizou em Santiago, em 1972, e publicada na *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*. Defendendo com zelo a posição que conquistara nas ciências sociais latino-americanas, e que ele acreditava, ao parecer, ameaçada pela divulgação do meu texto, e referindo-se ainda ao artigo que saíra em *Sociedad y Desarrollo*, que não incluía a análise do processo de industrialização, a crítica de Cardoso inaugurou a série de deturpações e mal-entendidos que se desenvolveu em torno ao meu ensaio, confundindo superexploração do trabalho com mais-valia absoluta e me atribuindo a falsa tese de que o desenvolvimento capitalista latino-americano exclui o aumento da produtividade. Respondi a esses equívocos no post-scriptum que – com o título de ‘En torno a Dialéctica de la Dependencia’ – escrevi para a edição mexicana de 1973.”

⁸ O título faz alusão ao ensaio de Rodolfo Stavenhagen “Siete tesis equivocadas sobre América Latina” (1973), publicado originalmente no jornal mexicano *El día* em 1965. O ensaio de Stavenhagen, contudo, é totalmente diferente do texto de Cardoso, e, em contraste, realmente foi de fundamental importância para combater as teses do suposto caráter dual e feudal da América Latina, do etapismo desenvolvimentista, das possibilidades revolucionárias das burguesias locais, entre outros temas relevantes.

texto foi apresentado na Conferência Internacional sobre “Sociologia del desarrollo y desarrollo: dependencia y estructuras de poder”, organizado pela Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional e realizado em Berlim em novembro de 1973. Logo em seguida foi publicado na revista *Estudos CEBRAP*, outro meio de difusão desta instituição acadêmica, mais especificamente em seu número 8, de 1974. No ano seguinte, em 1975, este texto foi novamente republicado, desta vez como artigo do livro *Autoritarismo e democratização*. Dirigido agora a um público que, em grande medida, desconhecia a obra de Marini – quase nada dele havia sido publicado no Brasil –, Cardoso adotou o segundo título, muito mais eficaz ao seu propósito de atacar as contribuições de Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Marini, alvos constantes de suas críticas.

Como se verá adiante, as chamadas “teses equivocadas” deram base para uma postura comum entre muitos intelectuais, não obstante o fato que as críticas às supostas “teses equivocadas” simplesmente não tinham sustentação na obra dos autores a quem eram dirigidas. Segundo Cardoso (1975), autores como Andre Gunder Frank, Theotonio dos Santos e Ruy Mauro Marini defenderiam que “o desenvolvimento capitalista na periferia é inviável”; “o capitalismo dependente está baseado na exploração extensiva da mão-de-obra e preso à necessidade de sub-remunerar o trabalho”; “as burguesias locais deixaram de existir como força social ativa”; “a penetração das empresas multinacionais leva os Estados locais a uma política expansionista”; e “o caminho político do Continente está frente a uma encruzilhada – ‘socialismo ou fascismo’”. Tais seriam as “teses equivocadas”, supostamente defendidas por aqueles autores. Na crítica de Cardoso, porém, é patente a falta de rigorosidade, pois o artigo transforma citações, não faz referências a textos, utiliza expressões inventadas como se fosse dos autores em questão, entre outras artimanhas de uma crítica injusta. A leitura minimamente atenta desse artigo é capaz de notar a superficialidade da maioria das críticas nele tecidas. No entanto, e apesar de tudo, foi precisamente neste artigo onde se estabeleceram as noções mais recorrentes relacionadas àqueles autores criticados.

A crítica que Cardoso vinha formulando, com especial atenção a Marini, chegou a seu ápice na publicação de “As desventuras da dialética da dependência”, texto escrito por Cardoso em conjunto com José Serra. De acordo com informação dos autores, “As desventuras...” fora escrito em janeiro de 1978 enquanto eram visitantes do “Institute of Advanced Study” em Princeton. Sua primeira publicação se deu naquele mesmo ano em espanhol na *Revista Mexicana de Sociologia*, volume 40, número extraordinário. Este número incluía também a resposta de Marini, intitulada “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)”. No Brasil, o artigo de Cardoso e Serra foi publicado na revista *Estudos* do CEBRAP, em seu número 23, de 1979, porém sem a resposta de Marini.⁹ E vale lembrar ainda que, além dessa publicação, parte das críticas ali

⁹ Ao tratar das críticas de Cardoso – por certo, em tom demasiado condescendente –, Theotônio dos Santos assinala este episódio (2000, p. 125): “Em primeiro lugar, é necessário ressaltar que Fernando Henrique sempre apresentou suas

formuladas ainda foram divulgadas em outro artigo no Brasil, assinado apenas por José Serra, cujo título não muito criativo já remete à sua origem: “As desventuras do economicismo: três teses equivocadas sobre autoritarismo e desenvolvimento”, publicado na revista *Dados*, número 20, de 1979.¹⁰

Apesar de laterais e puramente informativas, as considerações bibliográficas anteriores ajudam a compreender parte do processo de formação de um “pensamento único” no Brasil sobre o tema da dependência, na medida em que indicam a ampla divulgação e reprodução das críticas formuladas inicialmente por Cardoso e logo seguidas por José Serra, críticas que não por acaso foram retomadas no momento prévio à anistia política.¹¹ Durante várias gerações de estudantes esses textos de Cardoso (e depois com Serra) foram utilizados como principal fonte no Brasil para “conhecer” as diferentes posturas em relação à dependência latino-americana. As opiniões críticas de Cardoso sobre a vertente marxista da teoria da dependência, apesar de insustentáveis, eram repetidas em universidades e em núcleos de formação política. E esse processo de instauração de um “pensamento único” sobre a dependência contou ainda com a contribuição de vários importantes intelectuais, dando margem a uma verdadeira “inércia” intelectual, que apenas nos últimos anos começa a ser rompida. Dado que o embate específico travado entre Cardoso e Marini tem sido trabalhado ultimamente¹², para o presente artigo é mais pertinente concentrar a atenção nos reflexos dessa leitura unilateral, para depois focar na chamada “inércia intelectual”. Neste sentido, a próxima seção busca revelar com bastante detalhe em que textos e de que forma foi se reproduzindo o “pensamento único” sobre a dependência.

III. Reflexos do “pensamento único” sobre a dependência no Brasil

O processo de formação do “pensamento único” no Brasil sobre a temática da dependência, ademais de ter sido facilitado pela censura, que elegia bem os textos publicáveis e os extirpados,

críticas com muita elegância e respeito, no interior de uma aventura intelectual comum da qual participamos: a chamada ‘teoria da dependência’. Contudo, é desagradável constatar que o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), que ele fundou e então dirigia, nunca publicou a resposta contundente de Ruy Mauro Marini às suas críticas. Pelo contrário, fez-se um constrangedor silêncio sobre essa polêmica que a imprensa brasileira vem mantendo até o presente.” A resposta de Marini somente veio a ser publicada no Brasil na edição *Dialética da dependência. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*, organizada por Emir Sader (2000).

¹⁰ Este mesmo artigo foi posteriormente incluído no livro *The New Authoritarianism in Latin America*, mas agora com outro título, tampouco muito criativo: “Three mistaken theses regarding the connection between industrialization an authoritarian regimes”. Nesta edição, Serra (1979, p. 102, nota 07) faz referência ao artigo “As desventuras da Dialética da dependência” como base para a seção em que discute com as teses de Marini – ou com aquilo que ele acredita que sejam as teses de Marini.

¹¹ De fato, em “As desventuras...” os autores são claros em seu propósito: “Oxalá possamos neste artigo, senão propor alternativas (que seria pedir muito), pelo menos colocar trancas que fechem as falsas saídas” (1979, p.36).

¹² Recentemente o debate entre Cardoso e Marini começou a ser conhecido e trabalhado no Brasil. Ver, por exemplo, Wagner (2005), Vargas (2009) e Bianchi (2010).

contou também com a colaboração de importantes intelectuais. Nesta seção serão apresentadas algumas das mais representativas publicações que circularam no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 e que coadjuvaram nesse processo. A idéia é seguir apresentando dados bibliográficos e reproduzir seletivamente alguns trechos mais ou menos longos de determinados escritos, mas sem fazer uma análise geral desses trabalhos e sem esgotar todas as referências que possam existir. Ainda assim, essa primeira aproximação será suficiente para revelar que, não obstante o fato de procederem de intelectuais normalmente situados “à esquerda”, as críticas quase sempre seguem a linha deixada por Cardoso e, em geral, reproduzem equívocos e são realizadas sem nenhuma discussão profunda, ainda que muitas vezes sejam seguidas de uma ampla defesa daquilo que seria a “correta” versão da análise sobre a dependência, isto é, a visão do desenvolvimento dependente-associado ou da interdependência elaborada por Fernando Henrique Cardoso.¹³

Para começar, vale mencionar um texto não tão divulgado, mas escrito por um nome de peso: Maria da Conceição Tavares. Na revista *Estudos CEBRAP*, número 13, de 1975, Tavares publicou o artigo titulado “O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo – algumas questões”, texto este que havia sido apresentado num Simpósio sobre “As empresas transnacionais e os países receptores”. Neste artigo Tavares trata de esboçar “o que parecem ser os aspectos centrais do ‘pensamento latino-americano’ em matéria de industrialização em nossos países”, além de “analisar a crise de transnacionalização” e fazer “breves considerações sobre a situação na América Latina ante a crise internacional” (1975, p. 8-9). Na primeira parte do artigo, sobre os “traços gerais do pensamento latino-americano sobre industrialização”, em certo momento Tavares afirma o seguinte (*Ibid.*, p. 11):

Os primeiros estudos empíricos mais sérios sobre ET [empresas transnacionais] foram publicados pela Cepal em 1970, fundamentados na experiência brasileira.

Entretanto, devido à frustração de algumas tentativas reformistas em vários países, a visão da nova esquerda latino-americana e terceiromundista redescobriu e readaptava a velha tese centro-periferia de Prebisch, rebatizada como relação metrópole-satélite.

Passando totalmente por alto sobre as novas tendências da economia internacional, a partir de meados da década de 50, explicavam a acumulação nos centros pela exploração da periferia (invertendo a tese clássica) e centrando-se no desempenho tradicional dos grandes monopólios internacionais na extração de matérias-primas.

E ao final desta passagem Tavares indica uma nota de rodapé, em que comenta: (*Ibid.*, p. 27): “Estamos-nos referindo, basicamente, às colocações do tipo Gunder Frank – ‘Desenvolvimento do Subdesenvolvimento’ e as várias versões do ‘Intercâmbio Desigual’”. Além da mínima preocupação com a precisão na referência e sem intenção nenhuma de travar um verdadeiro debate, sobre o trecho antes citado é possível observar ainda que Tavares ou ignorava – o que é difícil – ou

¹³ Poderia ser nomeado também Enzo Faletto, com quem Cardoso escreveu, em 1967, *Desenvolvimento e dependência na América Latina*, mas apenas Cardoso seguiu “desenvolvendo” sua visão de “dependência”.

simplesmente não considerava sério os trabalhos realizados por Theotônio dos Santos sobre as corporações multinacionais, apesar desses serem pioneiros e muito bem fundamentados.¹⁴

E na sequência dos parágrafos antes citados Tavares complementa:

Deve-se fazer justiça, entretanto, ao esforço de um grupo de intelectuais latino-americanos em Santiago de Chile (entre 1965 e 1967) para caracterizar, mediante um enfoque totalizador, o que foi chamado como a nova “situação de dependência” nos padrões de desenvolvimento industrial urbano dos maiores países da América Latina.

Apesar das tremendas confusões ocasionadas por certas visões primárias da “Teoria da Dependência” e do fato decisivo de que seus esforços de interpretação terminaram sem status teórico afiançado e sem aprofundar a análise dos subsistemas industriais dependentes que se propunham estudar, não resta dúvida de que alguns ensaios pioneiros da época tiveram uma importância fundamental de vários pontos de vista.

Entre eles sobressai o trabalho de Cardoso e Faletto, “Desenvolvimento e Dependência na América Latina” [...]

Neste ponto o texto de Tavares continua com um resumo, agora sim, detalhado da argumentação de Cardoso e Faletto, antes de tratar da “crise do transnacionalismo” e das “questões e opções na América Latina ante a crise internacional”, que constituem as outras partes do artigo.

Algo parecido também foi feito por João Manuel Cardoso de Mello, mas não num artigo, e sim em sua influente tese doutoral, defendida em 1975, e que pouco depois se tornou livro e condicionou boa parte das interpretações inscritas na chamada “Escola da Unicamp”. Na “Introdução” de *O capitalismo tardio*, após discutir a “Economia Política da CEPAL”, o texto de Cardoso de Mello chega a “meados da década de 60, quando a morte do movimento social nacional-desenvolvimentista ficou evidente” (1998 [1982], p. 24). E a partir daí comenta o surgimento das “Teorias da Dependência” (*Idem*, negrito no original):

A industrialização ou se abortara, ou, quando tivera êxito, não trouxera consigo nem a libertação nacional, nem, muito menos, a liquidação da miséria.

Com isto, uma pergunta ficava no ar: por que a História teria tomado outro curso, defraudando esperanças que pareceram outrora tão bem fundadas? A resposta, no plano teórico, consistiu, sabemos todos, na formulação das “Teorias da Dependência”, que nasceram, assim, para enfrentar a **questão da não industrialização-nacional**.

A filiação cepalina da idéia de “dependência externa” é clara, pois simples decorrência da concepção de desenvolvimento desigual da economia mundial capitalista, que se exprime na relação Centro/Periferia. Deste modo, não seria difícil imaginar a História latino-americana como uma sucessão de “situações de dependência”: dependência colonial, dependência primário-exportadora e dependência tecnológica.

Deste ponto de vista, a primeira vertente da Dependência – representada pelos trabalhos de A. G. Frank, centrados na idéia de “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, que se entende nuclearmente como uma contínua rearticulação de uma relação de exploração entre Metrôpoles e Satélites – consiste, de modo cristalino, numa mera **reprodução radicalizada da problemática cepalina** e, por isto, não apresenta maior interesse teórico.¹⁵

Ao contrário, a formulação de F. H. Cardoso e E. Faletto merece um exame cuidadoso, por sua importância decisiva.¹⁶

¹⁴ Esses trabalhos, escritos a partir de 1966, foram posteriormente incorporados em *Imperialismo y dependencia* (1978).

¹⁵ Neste ponto Cardoso de Mello faz referência a *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina* e ao livro *Economía política del subdesarrollo en América Latina*, que fora organizado por Frank, James Cockroft e Dale Johnson (1970) e no qual se inclui alguns artigos de Frank.

¹⁶ E aqui a referência é a edição brasileira, publicada em 1970, de *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, além do texto de Cardoso “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?”, que havia sido publicado no primeiro número da revista *Estudos CEBRAP*, em 1971.

Em seguida Cardoso de Mello apresenta os principais eixos da análise de Cardoso e Faletto, para depois fazer uma crítica pontual – a de que estes autores seguem o “critério cepalino de periodização histórica” – e abrir caminho para sua própria tarefa, que seria “a de repensar a História latino-americana como formação e desenvolvimento do modo de produção capitalista”.

Vários problemas merecem ser destacados do trecho acima citado, sobretudo considerando que se trata de uma tese doutoral. Em primeiro lugar, chama atenção a forma com que aborda o nascimento das “Teorias da Dependência”, pois, em contraste do que se afirma ali, não houve uma origem comum entre todos os intelectuais que analisaram a dependência, sem contar que a preocupação inicial não era de modo algum “enfrentar a questão da não-industrialização”.¹⁷ Também é notável a forma com que Cardoso de Mello descarta o debate com Andre Gunder Frank, afirmando uma opinião insustentável como se estivesse baseado num argumento “cristalino”.

Nem todos, porém, deixaram de almejar uma discussão mais ampla com os autores que tentaram criticar. É o caso, por exemplo, de Guido Mantega, que no também influente livro *Economia Política Brasileira* dedica todo um capítulo para analisar o que ele chama de “o modelo de subdesenvolvimento capitalista”, que por sua vez estaria formado por Caio Prado Jr., Andre Gunder Frank e Ruy Mauro Marini.

Em relação a Frank, no início Mantega chega a fazer uma leitura minimamente fiel, apesar de colocar em sua análise conceitos que o próprio Frank fazia questão de combater, tais como economias ou regiões “atrasadas”. No entanto, na medida em que avança seu estudo, junto a algumas críticas válidas a Frank – que por certo já haviam sido feitas por outros autores, inclusive Marini e Theotônio dos Santos –, começam a aparecer as falsas críticas, diretamente derivadas do viés interpretativo deixado por Cardoso. Quando busca apontar as “deficiências da teoria do subdesenvolvimento”, em determinado momento argumenta da seguinte forma (1984, p. 225-226):

O sistema analítico empregado por Frank, para conhecer as regiões mais atrasadas do sistema capitalista, revelou-se equívoco à medida que seu diagnóstico e previsões foram sendo contrariados pelo rumo dos acontecimentos. Segundo Frank, a estrutura subdesenvolvida deveria ter-se perpetuado nos vários países da América Latina sem qualquer desenvolvimento significativo das forças produtivas ou qualquer surto de desenvolvimento capitalista mais estável, e não haveria possibilidade de transformações de envergadura enquanto não ocorresse a revolução socialista. [...]

Acontece, porém, que justamente após a Segunda Guerra verificou-se um surto de desenvolvimento capitalista inédito na história da América Latina [...] Não foi, como era de se esperar, um desenvolvimento capitalista independente e autônomo, mas sim uma expansão impulsionada pelo capital local e orientada pelo capital estrangeiro, que contou com a presença maciça de empresas monopolistas internacionais; portanto, um desenvolvimento capitalista nacional “dependente e associado” [...].

À medida que as teses de Frank e outros autores estagnacionistas colidiam com a expansão da acumulação e

¹⁷ Na verdade, isto nem teria sentido, pois os trabalhos sobre a dependência nasceram precisamente nos países que estavam se industrializando, porém, é claro, aprofundando sua dependência. Ademais, conforme indica Marini em sua “Memória” (2005, p. 66): “Na realidade, e contrariando interpretações correntes, que a vêem como subproduto e alternativa acadêmica à teoria desenvolvimentista da CEPAL, a teoria da dependência tem suas raízes nas concepções que a ‘nova esquerda’ – particularmente no Brasil, embora seu desenvolvimento político fosse maior em Cuba, na Venezuela e no Peru – elaborou, para fazer frente à ideologia dos partidos comunistas.” Ao menos em sua corrente marxista, essa é a origem principal da “teoria da dependência”.

com as transformações políticas verificadas principalmente nos anos 50 e 60 em vários países da chamada periferia, surgem, no cenário teórico latino-americano, novas interpretações [...] que acreditavam na viabilidade de um desenvolvimento capitalista dependente no Brasil. Trata-se dos artífices da Teoria da Dependência, dentre os quais destacam-se Fernando H. Cardoso, Enzo Faletto, Anibal Quijano, Oswaldo Sunkel, Anibal Pinto, Armando Cordova, Alongo Aguilar e outros, responsáveis por um novo filão teórico a ser explorado a partir da segunda metade da década de 60, que seria decisivo para a superação das teses estagnacionistas.

Esta citação revela como Mantega está apegado àquela leitura guiada por Cardoso, para quem Frank seria o defensor da “inviabilidade” do desenvolvimento capitalista na periferia, partidário da tendência à “estagnação”. Para demonstrar a contradição dessa crítica, basta reproduzir também uma passagem de Frank, retirada propositalmente de um livro que Mantega utiliza como base e chega a fazer referência à mesma página¹⁸. Numa passagem de *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, ao tratar de forma sintética alguns processos do século XX na América Latina, Frank afirma (1980, p. 173. Itálico do original):

Comentamos anteriormente que a substituição de importações “decolou” durante a crise econômica imperialista, que dificultou a troca de matérias-primas produzidas com salários baixos pelas manufaturas destinadas ao mercado de alta renda. Este dilema levou alguns países a produzirem localmente bens de consumo para esse mercado de renda alta em lugar de importá-los. Isto é, a substituição de importações era inicialmente dirigida para um mercado “interno” já existente [...] Contudo, esse desenvolvimento *substituidor* de importações *não* criou seu próprio mercado interno. No máximo, a substituição de importações criou um mercado “interno” para os bens de produção externos e para os investimentos estrangeiros. Em vez de levar a um aumento nos salários – para expandir o poder aquisitivo do mercado interno, como havia ocorrido na metrópole e nos países de povoamento recente – este desenvolvimento capitalista dependente apenas elevou os salários marginal e temporalmente para depois começar a diminuí-los novamente. [...] A realização doméstica no “mercado interno” ainda é através da demanda de consumo final das classes alta e média-alta e através do consumo produtivo. Contudo, ambas as classes, por sua vez, são dependentes das rendas do setor externo e, cada vez mais, da sua distribuição através da mediação do Estado. Deste modo, o desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) capitalista dependente do mercado “interno” depende cada vez mais da produção e exportação de matérias-primas e, mais recentemente, também de produtos industriais, cuja produção por sua vez depende da superexploração do trabalho assalariado extraído de uma crescente reserva industrial de trabalhadores “marginais”, os quais, longe de constituírem uma fonte de demanda efetiva no mercado interno, são essenciais para a produção lucrativa, realização e acumulação de capital através da redução dos custos salariais.¹⁹

A longa citação anterior deixa evidente que uma das críticas de Mantega a Frank é no mínimo contraditória. Afinal, Frank fala a todo momento de “desenvolvimento capitalista”, ainda que dependente e marcado pela desigualdade. Mas se bem com Frank as críticas “apenas” caem em contradição explícita, quando sua análise se centra em Marini os equívocos são muito maiores.²⁰ De fato, são tantos os erros que demandaria demasiado espaço ilustrar e corrigir cada um deles. Neste caso, quiçá seja suficiente anotar apenas um “detalhe” característico da gritante falta de rigor intelectual que caracteriza *A Economia Política Brasileira*, lembrando antes que, tal como informa

¹⁸ Cfr. Mantega (1984, p. 220, nota 17).

¹⁹ E aqui Frank abre um parêntesis e indica: “Para uma análise mais detalhada, ver Marini”. Uma pesquisa pertinente para a atualidade seria analisar como e se ainda existe esta excisão entre as esferas de consumo interno; Virginia Fontes tem entrado neste tema (2010).

²⁰ Não é o caso de tratar aqui da sua interpretação de Caio Prado Jr., que tampouco é primorosa.

em nota de agradecimentos, o livro é uma versão de sua tese de doutorado em Sociologia do Desenvolvimento, defendida na FFLCH-USP em 1981.²¹

Que fique claro: Mantega dedica todo um capítulo e, dentro deste, um apartado especial para tratar de Marini, mas o faz tendo como base apenas a primeira edição de *Subdesarrollo y revolución*, e simplesmente não deixa nenhuma referência a *Dialéctica de la dependencia*!²² Numa analogia, é como alguém fizesse uma tese que abordasse a obra de Celso Furtado e não mencionasse *Formação Econômica do Brasil*! E Mantega não ignorava a existência de *Dialéctica de la dependencia*, pois boa parte de suas críticas estão baseadas no artigo “As desventuras da dialética da dependência”, de Serra e Cardoso, que por sua vez tratam de criticar precisamente *Dialéctica de la dependencia* – Mantega não menciona, claro, a resposta de Marini.

Deixando atrás Mantega, mas ainda se atendo às consequências da linha deixada por Cardoso e reforçada pelo âmbito institucional da USP, vale a pena mencionar um livro, direcionado especificamente para um público amplo, sobre “O que é Subdesenvolvimento”, publicado originalmente em 1980. Este livro, que faz parte da valiosa série “O que é...”, foi escrito por Horácio González, professor argentino que então lecionava na USP. O destacado intelectual, no meio de sua incisiva análise sintética sobre o “subdesenvolvimento”, que por sinal é ajudada pela sua excelente escrita, não deixa de dedicar toda uma parte a Frank, e então repete a famosa “crítica” (1985 [1980], p. 54):

[...] para Frank já está escrito o traço fatal do subdesenvolvimento, que exclui a possibilidade que tantos outros autores contemporâneos – como Fernando H. Cardoso – consideraram até a exaustão: a industrialização das periferias é possível nos quadros das relações de dependência. Esta possibilidade naufraga na condenação ao subdesenvolvimento de Frank.

González termina seu livro com uma parte sobre “Fernando H. Cardoso e o desenvolvimento ‘fora de lugar’”, e no último parágrafo exalta uma esperança infelizmente injustificável (*Ibid.*, p. 121-122. Itálicas no original):

No momento, são cada vez mais marcantes as influências utopistas no pensamento de Cardoso, *o que muito tem a ver com uma reflexão, mais do que sobre a dependência, sobre os grupos de estudiosos que reflexionaram sobre a dependência*. Esse utopismo supõe um retorno às fontes do pensamento latino-americano não acadêmico, desenvolvido fora das sociologias “científicas” dos últimos 20 anos, e, se Cardoso não se propõe um novo intento de mediação e arbitragem entre diferentes fontes de pensamento – como infatigavelmente tem feito –, é provável que possa dar uma obra mais vigorosa e de maior peso social. Sua proposta de pensar um “outro” desenvolvimento acha-se no cerne de um revigoramento do veio mais criativo do pensamento político latino-americano: o veio humanístico e libertário.

²¹ Ainda não tivemos acesso à tese, mas seria válido conferir qual o conteúdo do livro que está na tese e o que foi incorporado posteriormente.

²² Principal obra de Marini, *Dialéctica de la dependencia* é considerada por muitos o ponto mais alta da formulação marxista sobre a dependência (Osorio, 2004; Ouriques, 1995; Sotelo Valencia, 2005).

De fato, Fernando Henrique Cardoso deixou uma obra de maior peso social: as consequências de oito anos como Presidente do país, resultados certamente pouco utópicos, mas não se trata aqui de avaliar esse legado.

De volta ao percurso proposto, e chegando ao fim dessa parte, convém tratar também, mesmo que muito brevemente, da interpretação sobre a teoria marxista da dependência feita por mais um intelectual cuja influência é incontestável e que, entre outras atividades políticas, contribuiu diretamente ao “peso social” da obra de Cardoso. Trata-se de Luiz Carlos Bresser-Pereira.²³

Em diversos textos Bresser-Pereira procura dar uma postura própria sobre as interpretações do Brasil. Para manter a revisão no mesmo período dos trabalhos antes mencionados, ou seja, finais de 1970 e inícios de 1980, convém tratar apenas de um texto, publicado em 1982, cujo título quase poderia ser adivinhado: “Seis interpretações sobre o Brasil”. Para o autor, existiriam “seis ou sete” interpretações sobre o Brasil nos últimos 50 anos, entre as quais estava a “interpretação da superexploração capitalista”, da qual fariam parte Gunder Frank, Marini, Theotônio dos Santos e, menos à vontade, também Florestan Fernandes.²⁴ Ao menos nesta versão original do texto, Bresser-Pereira – que sempre buscou definir sua própria interpretação com certa distância das demais – não reproduz ao pé da letra as críticas estabelecidas por Cardoso; em contrapartida, deixa um resumo bastante pobre das análises daqueles quatro autores, o que se percebe ainda mais quando comparado às sínteses que faz das outras duas “interpretações de esquerda”, e conclui dizendo (1982, p. 298): “entre as três interpretações de esquerda, excluída a última [isto é, a “interpretação da nova dependência”, da qual a “contribuição fundamental” “será realizada por Fernando Henrique Cardoso”], a da superexploração imperialista é a mais à esquerda e a menos plausível”. Essa é sua caracterização nesta versão original, mas numa versão mais nova do mesmo texto a velha idéia da “inviabilidade do desenvolvimento” reaparece. Para tratar disso, melhor passar ao próximo ponto, sobre como essa e outras falsas ideias sobre Frank, Dos Santos e Marini ainda ressoam na atualidade.

IV. Inércia intelectual e ressonâncias atuais

²³ Após ter sido contador da primeira campanha a presidente de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 1998 foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado do governo de Cardoso e, no segundo mandato, foi Ministro de Ciência e Tecnologia por seis meses. Em 1987 havia sido Ministro da Fazenda do governo Sarney.

²⁴ Esta era apresentada como a quinta interpretação, sendo as demais: “(1) a interpretação da vocação agrária, em conflito nos anos quarenta e cinquenta com (2) a interpretação nacional burguesa [...] (3) a interpretação autoritário-modernizante, enquanto que os intelectuais de esquerda irão se dividir em três posições nem sempre claramente distintas: (4) a interpretação funcional capitalista, (5) a interpretação da superexploração capitalista, e (6) a interpretação da nova dependência. Finalmente, quando o regime de 1964 entra em crise, a partir de meados dos anos setenta começa a delinear-se a interpretação do projeto de hegemonia burguesa industrial” (1982, p. 269-270).

É curioso, e um pouco trágico em termos intelectuais, notar que boa parte daquelas críticas forjadas sobre os autores ligados à corrente marxista da teoria da dependência – “catastrofistas”, “estagnacionistas”, defensores da “inviabilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil”, etc. – não somente foram repetidas sem critério em textos mais recentes, mas também acabaram sendo sistematicamente reproduzidas em diferentes ocasiões ao longo do tempo, numa mescla de textos requentados, edições revistas e entrevistas funcionais.

Como exemplo inicial, e seguindo com Bresser-Pereira, bastaria passar em vista em seu artigo “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”, publicado em 2005 no livro *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Neste texto, que inclui uma versão um pouco remodelada do artigo original acima comentado, as críticas de Bresser-Pereira se refazem, agora mais próximas ao “pensamento único” sobre a dependência. Segundo ele (2005, p. 218-219-220-224):

[...] a teoria da dependência, em sua versão associada e também na nacional-dependente (não na da superexploração capitalista), afirmava que a teoria do imperialismo equivocava-se ao afirmar que o centro seria contrário à industrialização. [...]

Na teoria da dependência, estão presentes três versões: a teoria original, marxista, a teoria da dependência associada e a teoria que denominarei de nacional-dependente. A primeira interpretação adotou um raciocínio linear, muito próprio de um marxismo que se pretendia ortodoxo. Dada a impossibilidade da existência de uma burguesia nacional, não restaria alternativa para os trabalhadores, ou para as esquerdas, senão trabalhar pela revolução socialista.[...]

Para as três vertentes da teoria da dependência, a tendência das elites locais a se associarem ao imperialismo estava presente, mas enquanto, no caso da versão da superexploração imperialista, o desenvolvimento é impossível e, na vertente da dependência associada, só é possível de forma subordinada ou associada, na perspectiva nacional-dependente o desenvolvimento é possível porque existe sempre a possibilidade de os empresários e os intelectuais voltarem a se associar aos trabalhadores e aos técnicos do governo em torno de questões e de uma estratégia nacional.

Ao menos aqui o projeto de grande aliança classista pregado por Bresser-Pereira e inserto em sua “perspectiva nacional-dependente” fica claro. Contudo, as velhas críticas voltam a tomar espaço.

Também Guido Mantega insiste em republicar seus estudos pouco rigorosos de quando em quando. Em 1997, num relatório de pesquisa para o Núcleo de Pesquisa e Publicações da Fundação Getúlio Vargas, onde lecionava, Mantega volta à carga com “A teoria da dependência revisitada – um balanço crítico”²⁵. Apesar da distância temporal entre esta publicação e seu livro, nenhum dos erros de interpretação foi solucionado, e tampouco sua insensibilidade bibliográfica foi sanada. Se em *Economia Política Brasileira* Mantega deixava de lado *Dialéctica de la dependencia*, nesta ocasião ele até menciona este livro, mas faz referência no corpo de texto àquela edição de 1972 em *Sociedad y desarrollo*. Além disso, simplesmente se “esquece” de colocar a referência na bibliografia. E neste texto suas críticas agora são mais diretas, apesar de seguirem insustentáveis.

²⁵ Texto disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br/Interna.aspx?PagId=DLMJMMTJ&ID=187>>.

Mas não foram somente os mesmos autores que repetiram as falsas críticas e ainda fizeram questão de reproduzi-las sempre que possível. Outros autores de renome e que fazem parte, em sentido amplo, da “esquerda” intelectual brasileira, também entraram nessa onda de crítica às obras de Marini, Frank e Dos Santos. Seguem apenas dois casos, ainda que seria possível encontrar outros.

José Luis Fiori, por exemplo, no livro *Estados e moedas no desenvolvimento das nações* (1999), assina o texto de introdução titulado “De volta à questão da riqueza de algumas nações” – um caminho de volta por certo muito pertinente num momento em que a “globalização” mostrava seus efeitos. Neste texto, quando trata dos “anos 60”, Fiori faz uma menção especial às teorias da dependência, que “interpretaram mais fielmente o clima político e intelectual latino-americano dos anos 1960” (1999, p. 30). E depois procura fazer uma resenha breve do debate, para a qual se vale de um artigo de Gabriel Palma – “Dependencia y desarrollo: una visión crítica” (1987 [1981]) –, que segundo Fiori é um texto “clássico”²⁶. Em sua interpretação das teorias da dependência Fiori retoma os argumentos de Palma, que por sua vez segue a linha de Cardoso. De todos modos, para Fiori (1999, p. 31-32):

O primeiro [grupo da “escola da dependência”], e o mais conhecido fora da América Latina, é o que tem maior dívida com Paul Baran. [...] A conclusão a que chega essa abordagem é que o capitalismo em sua fase monopolista perdera sua capacidade dinâmica e expansiva e passara a bloquear o desenvolvimento industrial dos países atrasados. Argumentos nessa direção foram elaborados logo depois da Segunda Guerra, tendo sido popularizados, entretanto, apenas através da tese do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, elaborada pelos trabalhos de André Gunder Frank, primeiro sobre o Brasil e depois sobre a América Latina, e desenvolvida de forma mais ou menos fiel por Theotonio dos Santos e Rui Mauri Marini, entre outros latino-americanos.²⁷ [...]

Na visão de Frank, as relações de exploração entre as “metrópoles” e os seus “satélites”, que articulavam a totalidade do sistema econômico mundial, bloqueavam definitivamente a possibilidade do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas nas regiões mais atrasadas do sistema. Como consequência concluía, junto com Theotonio dos Santos e Rui Mauro Marini, que o caminho do desenvolvimento latino-americano deveria passar inevitavelmente por uma revolução contra a burguesia nativa e o imperialismo que fosse capaz de encaminhar uma estratégia de desenvolvimento socialista apoiada no aumento da participação popular e na conquista da independência econômica externa. [...]

As duas outras vertentes da escola não viram na dependência um fator externo que explicasse definitivamente o atraso nem condenasse os países ao eterno subdesenvolvimento. [...]

O primeiro grupo, mais diretamente ligado ao pensamento estruturalista da CEPAL, propõe e começa a desenvolver sua reformulação por volta de meados dos anos 1960, liderados por Aníbal Pinto, Celso Furtado e Oswaldo Sunkel. [...]

O fracasso do projeto reformista chileno e o progressivo esvaziamento, nos anos 1970, da guerrilha socialista latino-americana, deram um destaque político crescente à terceira vertente da escola da dependência, situada num “justo meio” entre a tradição leninista da teoria imperialista e as teses cepalinas sobre o comércio internacional, cristalizada à volta da obra *Dependência e desenvolvimento na América Latina*, publicada em 1970 por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto.

²⁶ Este texto de Palma na verdade é bastante criticável e repete os mesmos argumentos de Cardoso, porém trabalhados mais extensamente. Aqui não há espaço para revisá-lo mais detalhadamente, o que é feito na versão original do presente artigo.

²⁷ Até aqui, Fiori remete aos textos *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, de Frank, “The structure of dependence”, de Theotônio dos Santos e àquela primeira versão de *Dialética de la dependencia*, de Marini, publicada em 1972 e impossível de encontrar.

Novamente, as contribuições de Marini, Frank e Theotonio dos Santos são deixadas de lado sem maior debate e, em contraste, apresenta-se a versão de Cardoso como a única adequada. Por certo, mais recentemente Fiori repetiu essa postura em seu artigo “América Latina, um continente sem teoria” (2009), publicado em diferentes meios eletrônicos, entre os quais a Agência Carta Maior. Logo após ter sido publicado, este artigo recebeu uma resposta escrita por Nildo Ouriques, na qual este procura desconstruir os argumentos em relação à suposta falta de teoria na América Latina, afirmando no início: “Fiori adere ao esporte nacional preferido pela intelectualidade paulista: a crítica à interpretação marxista da dependência e o elogio velado ‘a escola paulista de sociologia’, especialmente aquela vinculada ao nome de Fernando Henrique Cardoso” (Ouriques, 2009). E como se viu até aqui, não foi só Fiori, mas também vários outros intelectuais importantes aderiram a tal “esporte”.

Antes de terminar esta parte – que poderia se estender muito mais²⁸ – e entrar por fim às conclusões e nos comentários sobre algumas possíveis consequências políticas do “não-debate” –, resta ainda citar alguns trechos retirados de um livro de Marcelo Ridenti, grande conhecedor da luta de esquerda no Brasil, porém também adepto àquele “esporte nacional”. Em seu livro *O fantasma da revolução brasileira*, ao analisar as teses de algumas organizações revolucionárias brasileiras após o golpe de 1964, Ridenti comenta a influência da “teoria da dependência”, em especial de Frank, e nisso aponta em nota de rodapé (1993, p. 33. *Itálico no original*):

Fala-se aqui em “teoria da dependência” no sentido que a expressão foi empregada por Weffort, englobando autores como Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países dependentes só poderia ser mantido pela força bruta das ditaduras. *Não confundir* essa escola com a “teoria da dependência” a que se refere Guido Mantega, teoria que negava as teses da estagnação, argumentando a possibilidade do desenvolvimento capitalista no Brasil e na América Latina, embora dependente e associado ao capital internacional – Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto teriam delineado essa teoria ainda nos anos 60; Paul Singer, Maria da Conceição Tavares e Francisco de Oliveira seriam outros expoentes que lapidaram tal pensamento já na década de 70, segundo Mantega.

Da mesma forma que Fiori, Ridenti não apenas repete em livro a leitura de Mantega sobre a vertente marxista da teoria da dependência – que, como se viu, é a mesma de Cardoso e carece de sustento mínimo –, mas também expõe essa leitura num artigo de maior circulação. Atinando para uma questão real e importante da realidade atual – o retorno do desenvolvimentismo²⁹ –, em seu artigo titulado precisamente “Desenvolvimentismo: o retorno” (2009), após citar uma passagem de

²⁸ Ficaram de fora diversos artigos menos relevantes que, mesmo focalizando diferentes assuntos, acabam por repetir as críticas criadas por Cardoso em relação a Marini ou até mesmo criam novas críticas, também insustentáveis. Por mencionar apenas um caso, tome-se como exemplo um recente texto de Pedro Henrique Pedreira Campos (2010). Neste texto, após fazer uma excelente caracterização histórica da transnacionalização das empresas brasileiras, o autor passa a discutir “o pensamento de Ruy Mauro Marini” e neste ponto, além de manipular as citações para distorcer a análise – o que já era praxe –, fabrica uma série de novas críticas que até mesmo Cardoso não seria capaz de afirmar, tais como: “Ruy Mauro Marini faz uso, ainda, do famigerado modelo feudal, do PCB”; ou de que ele adotaria um evolucionismo linear, utilizaria conceitos cepalinos e tem sua obra postulada na de Caio Prado Jr. Qualquer leitura da obra de Marini, por mais superficial que seja, não permite afirmar tais coisas.

²⁹ Sobre a volta do desenvolvimentismo e uma crítica ao “novo-desenvolvimentismo”, ver Castelo ([org.], 2010).

um “Programa” da organização política de resistência à ditadura VAR-Palmares, Ridenti outra vez afirma aquela mesma leitura manuseada, como se fosse um lugar-comum sem necessidade de maiores precisões: “Revela-se nesse texto um desdobramento socialista do desenvolvimentismo que foi teorizado por autores como Gunder Frank, Rui Mauro Marini e Theotônio dos Santos, que não viam alternativas de crescimento para os países subdesenvolvidos dentro do capitalismo, sistema que nos países dependentes só poderia ser mantido pela força bruta de ditaduras.” Essa interpretação é como um mito: basta acreditar, repetir e, no tom do esporte, “bola pra frente”!

VI. Algumas conclusões sobre as consequências políticas de um não-debate

Inicialmente, é preciso destacar o que não se deve concluir do que foi feito até aqui. Em primeiro lugar, não se deve concluir que seja necessário evitar toda e qualquer crítica à teoria marxista da dependência. Sem dúvida, é imprescindível sempre colocar em questão esta teoria, assim como muitas outras, exercendo a permanente crítica. Mas tal crítica, claro, deve ser o mais rigorosa possível, com honestidade intelectual e fiel aos argumentos de cada autor. No mínimo, isso ajudaria a que textos como este aqui fossem desnecessários. Neste mesmo sentido, tampouco se pode derivar daqui qualquer conclusão no sentido de que tudo que Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra ou Ruy Mauro Marini – ou mesmo qualquer autor desta ou de outra época – disseram estava plenamente correto e é totalmente válido para a realidade atual. Em outras palavras, a perspectiva geral que a teoria marxista da dependência engendrou têm certa vigência precisamente pelo estreito vínculo com a realidade prática com que foram criados; mas o inverso também é verdadeiro, ou seja, devido àquela estreita ligação, os conceitos e as teorias não podem ser tratados como entes fixos independentes do tempo e do espaço. Daí a necessidade de adotar uma postura crítica e prospectiva frente aos autores que conformam aquela teoria. Outra conclusão que não se deve tomar deste escrito é a de que a obra completa de todos os autores citados e revisados neste artigo seja inócua ou desimportante. Pelo contrário, se centramos a análise em intelectuais de renome foi precisamente pela relevância de suas obras; além disso, muitos deles giram em torno da intelectualidade de “esquerda”, o que torna o conhecimento de suas obras ainda mais necessário.

Feitas essas advertências, fica aberta a passagem para a pergunta mais relevante: quais teriam sido as consequências políticas de todo aquele não-debate?

Fernando Henrique Cardoso imputa a Frank, Dos Santos e Marini as teses sobre o “estancacionismo”, o “catastrofismo”, a “inviabilidade do capitalismo na América Latina” e a disjuntiva “socialismo ou fascismo”, e o faz sempre esquivando o bom debate, o que não impediu que muitos outros repetissem essas mesmas “críticas”. Nem Frank, nem Theotônio e tampouco

Marini poderiam ser encaixados nessas definições, caso sua obra fosse examinada de uma forma minimamente séria. No entanto, como era impossível, ao menos no Brasil, estabelecer um critério preciso de avaliação, e isso unido à certa inércia intelectual facilmente aceita e mantida, sobrava assim apenas uma verdade a ser seguida, por sinal bastante consentida por aquilo que o próprio Cardoso chamou nos anos 1970 de “Estado autoritário”.

Se a percepção difundida por Cardoso sobre as contribuições de cunho marxista à teoria da dependência tivesse um alcance puramente intelectual, não seria o caso de se preocupar tanto com seus equívocos. Acontece, porém, que esta visão sobre a dependência esteve estreitamente ligada à sua perspectiva em relação à ditadura militar no Brasil, e parece ter sido tal perspectiva que, no plano ideológico, dominou o debate na posterior “abertura democrática” conservadora da década 1980, gerando assim consequências importantes no sentido de limitar o debate político-intelectual ao plano econômico e à postura reformista.

Num texto titulado “Nós que amávamos tanto *O Capital* – fragmentos para a história de uma geração”, Emir Sader resume bem o processo que aqui se procura comentar. Ao contrastar a enorme influência – não apenas política, mas também intelectual – do então presidente Fernando Henrique Cardoso com a perspectiva política daqueles que, condenados pela ditadura, tiveram suas idéias vetadas, Sader pontua (1997, p. 100-101):

Condenado no primeiro processo da ditadura militar junto com Darcy Ribeiro, Theotonio dos Santos e outros professores da UnB [Universidade de Brasília], Marini passou à clandestinidade como dirigente da Polop [Organização Revolucionária Marxista-Política Operária], foi preso e torturado no Cenimar [Centro de Informação da Marinha] antes de se exilar no Chile e no México, onde desenvolveu grande parte de sua carreira intelectual. Seus livros, entre outros *o Dialética da dependência*, publicado originalmente no México, tiveram dezenas de edições, porém nenhuma no Brasil. A concepção hegemônica sobre a natureza do estado durante o período da ditadura militar e, conseqüentemente, sobre o que significaria a transição para um regime democrático foi a *teoria do autoritarismo*, na versão de Fernando Henrique Cardoso [...]. A versão de FHC constituiu-se a versão mais desenvolvida e de maior influência durante o período militar no Brasil. [...] A falta de uma obra sistemática – como é o caso da de Guillermo O’Donell para a Argentina – dificulta uma concepção global das concepções globais de FHC sobre o Estado e o regime brasileiro instalado em 1964. A evolução de suas teses, no entanto, é significativa da transformação ideológica operada no país e particularmente nos meios de oposição.

Sader argumenta ainda que, ao ser praticamente a única referência, as teses de Fernando Henrique Cardoso terminaram por assumir o papel de ideologia que sustentou a transição conservadora no Brasil do regime ditatorial implantado em 1964 à democracia formal que se estabeleceria desde 1985. De acordo com Sader, portanto, a transição à democracia formal no Brasil teve como telão de fundo uma interpretação teórica que apresenta a aliança de classes como passo inicial e necessário ao chamado “desenvolvimento”. Tratando de sua própria geração, Sader afirma ainda que as análises de Cardoso num primeiro momento “não tiveram maior importância na esquerda”, sendo que tais análises ganharam terreno apenas após o aperto repressivo que se deu em 1968 dentro da ditadura militar brasileira. Segundo ele (*Ibid.*, 110), “a importância de FHC veio depois da derrota insurrecional à ditadura, através de sua teoria da dependência, já num marco de

oposição institucional, hegemônica pelo grande capital em oposição ao Estado, tese à qual se subordinou a esquerda.” E como foi possível mostrar, tal “subordinação” da esquerda brasileira, ao menos no plano ideológico, se manteve em diferentes aspectos até a atualidade.

Essa subordinação foi lucidamente descrita por Nildo Ouriques em sua tese doutoral, mencionada em nota logo no início deste escrito. Após a elaboração de uma história crítica da teoria marxista da dependência, Ouriques dedica um capítulo à avaliação dos caminhos táticos e estratégicos que o Partido dos Trabalhadores (PT) vinha adotando frente ao neoliberalismo. Ali argumenta, entre outros pontos, que (1995, p. 207):

En la respuesta del PT todo parece ‘resumirse’ en la búsqueda de un nuevo modelo de desarrollo, pero éste no es pensado a partir de las clases sociales (y de los intereses de las mayorías) ni tampoco a partir de las condiciones impuestas por la dependencia, sino por las necesidades de un gobierno que está sometido al diseño de la política económica necesaria para dar estabilidad a su eventual gobierno.

Através de uma revisão tanto dos textos políticos como dos escritos acadêmicos dos principais intelectuais ligados então ao PT – como Maria da Conceição Tavares, Paul Singer, Eduardo Suplicy, Aloísio Mercadante, Carlos Nelson Coutinho e também Guido Mantega, entre outros –, o autor chega a algumas conclusões que viriam a se revelar muito acertadas no momento de ascensão daquele partido à presidência do Brasil, anotando ao menos cinco características fundamentais do debate interno do maior partido de “esquerda” da América Latina (*Ibid.*, p. 214):

a) ocurre una creciente ‘institucionalización’ de la izquierda bajo el discurso de defensa de la democracia; se olvida que en una verdadera democracia deberían coexistir *en conflicto* los polos opuestos de la sociedad burguesa: las clases populares y las dominantes; b) la sumisión de las reformas estructurales a la ‘necesidad de estabilizar la economía’; o sea, las primeras sólo son posibles cuando la segunda ya es una realidad; c) el desplazamiento de la reflexión del campo de la economía política y de su crítica hacia el ‘fácil’ terreno de la formulación de la política económica; d) el abandono gradual de la perspectiva antiimperialista y revolucionaria como un objetivo del plan económico; e) la tecnocratización del discurso económico de la izquierda que cada día se parece más al de la clase dominante.

Em seu trabalho Ouriques revelou a tendência – presente não apenas no PT, mas também em “otras regiones tan distintas de la realidad que observamos en Brasil” – ao “regreso del desarrollismo como fundamento teórico y político” de parte del “pensamiento de izquierda y progresista en la región”, não obstante o fato de que “muchos estudios acerca de la dependencia afirmaban que una política de reformas sin estrategia revolucionaria de ruptura con el poder burgués constituye la ‘antesala de la contrarrevolución’” (*Ibid.*, p. 218 e 228).

Ao recordar outros elementos de explicação de tal regresso do desenvolvimentismo – como a eliminação de muitos quadros políticos da esquerda revolucionária nas mãos das ditaduras, o avanço da contra-revolução no âmbito mundial a partir da década de 1970, e a forte herança de um marxismo puramente acadêmico –, Ouriques (*Ibid.*, p. 188) assinala também, mas sem trabalhar a fundo, o “carácter profundamente antidemocrático del debate acerca de la dependencia ocurrido en Brasil, que permitió conocer apenas la visión weberiana acerca de la dependencia, representada

fundamentalmente por los trabajos de Cardoso o la contribución de Furtado.” Na verdade, quase sempre representada por Cardoso.

Foi precisamente este caráter do debate brasileiro sobre a dependência, marcado por um “pensamento único” e por uma “inércia intelectual”, que o presente artigo buscou revelar. Neste caminho, foi possível estabelecer também um amplo mapeamento bibliográfico para as pesquisas sobre o tema, que cada vez mais crescem em quantidade e qualidade no Brasil. E ainda que um trabalho como este seja sem dúvida insuficiente – pois um debate que envolve interpretações teóricas sobre o Brasil e a América Latina e, junto a elas, lutas práticas pela transformação da realidade, obviamente não será “resolvido” com meros textos –, talvez contribua em algo para a recuperação plena do pensamento crítico latino-americano.

Referências bibliográficas

AMARAL, Marisa, “Dependência e Superexploração do Trabalho na América Latina em Tempos Neoliberais”, *Anais do IV Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, 2005.

BASSO, Lelio (*et.alli.*), *Transición al socialismo y la experiencia chilena*, CESO/CEREN/PLA, Santiago de Chile, 1972.

BAMBIRRA, Vânia (Intr. e comp.), *Diez años de insurrección en América Latina*, PLA, Santiago de Chile, 1970.

_____, “Integración monopólica mundial e industrialización: sus contradicciones”, *Sociedad y desarrollo*, vol. 1, nº1, Santiago de Chile, 1972.

_____, *El capitalismo dependiente latinoamericano*, Siglo XXI, México D.F., 1974.

_____, *La revolución cubana. Una reinterpretación*, Nuestro Tiempo, México D.F., terceira edição, 1978 [1973].

_____, *Teoría de la dependencia: una anticrítica*, ERA, México D.F., 1978.

BIANCHI, Álvaro, “O marxismo fora de lugar”, *Política e sociedade*, vol 09, nº16, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo, *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*, Ed. Record, Rio de Janeiro, 2000.

BONENTE, Bianca e Hugo Correa, “Sobre o discurso do desenvolvimento econômico e desenvolvimento do discurso econômico”, *Anais do XIII Encontro Nacional de Economia Política*, João Pessoa, 2008.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, “Seis interpretações sobre o Brasil”, *Dados - Revista de ciências sociais*, vol.25, nº3, 1982.

_____, “Do ISEB e da CEPAL à teoria da dependência”, em Caio Navarro de Toledo (org.), *Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB*, Revan, São Paulo, 2005.

BUENO, Fábio e Raphael Seabra “A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re)discussão contemporânea”, *Anais do VI Colóquio Internacional Marx e Engels*, Campinas, 2009.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira, “A transnacionalização das empreiteiras brasileiras e o pensamento de Ruy Mauro Marini”, Texto apresentado na *III Conferência Internacional em História Econômica & V Encontro de Pós-graduação em História Econômica*, 2010.

CAPUTO, Orlando e Roberto Pizarro, *Imperialismo, dependencia y relaciones económicas internacionales*, PLA, Santiago de Chile, 1970.

CARCANHOLO, Marcelo, “Dialética do Desenvolvimento Periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica”, *Revista de Economia Contemporânea*, v. 12, 2008.

CARDOSO, Fernando Henrique, “‘Teoria da dependência’ ou análise concretas de situações de dependência”, *Estudos CEBRAP* nº 1, 1971.

_____, “Notas sobre Estado e dependência”, *Cadernos CEBRAP*, n.11, São Paulo, 1973.

- _____, “As contradições do desenvolvimento-associado”, *Estudos CEBRAP*, n.8, 1974.
- _____, *Autoritarismo e Democratização*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.
- _____, *As idéias e seu lugar*, Cadernos CEBRAP, n° 33, Editora Vozes-CEBPAP, 1980.
- _____, *O modelo político e outros ensaios*, 5° edição, Bertrand Brasil, São Paulo, 1993 [1972].
- CARDOSO, Fernando Henrique y José Serra, “Las desventuras de la dialéctica de la dependencia”, en *Revista Mexicana de Sociología*, número extraordinario, año XL, vol.XL, México, UNAM, 1978.
- _____, “As desventuras da dialética da dependência”, *Cadernos CEBRAP*, n. 23, São Paulo, 1979.
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel, *O capitalismo tardio*, Unicamp, Campinas, 1998 [1982].
- CASTELO, Rodrigo (Org.) *Encruzilhadas da América Latina no século XXI*, Pão e Rosas, Rio de Janeiro, 2010.
- CHANG-SHENG, Shu, “Theotônio dos Santos na China-Parte III”, Texto incluído no *Blog de Theotônio dos Santos*: < <http://theotoniodossantos.blogspot.com/2009/12/th.html>>. Acesso em Outubro de 2010.
- CHILCOLTE, Ronald, *Theories of development and underdevelopment*, Westview Press, Boulder, 1984.
- DOS SANTOS, Theotônio, *Crise econômica e crise política no Brasil*, CESO, Santiago de Chile, 1966.
- _____, *El nuevo carácter de la dependencia*, CESO, Santiago de Chile, 1967.
- _____, *Socialismo o fascismo: dilema de América Latina*, PLA, Santiago de Chile, 1968.
- _____, “The structure of dependency”, *The american economic review*, vol. 60, n°2, 1970.
- _____, *Dependencia y cambio social*, Amorrortu, Buenos Aires, 1973.
- _____, *Imperialismo y dependencia*, Ediciones Era, México D.F., 1978.
- _____, *Democracia e socialismo no capitalismo dependente*, Vozes, Petrópolis, 1991.
- _____, *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2000.
- ESTEVA, Gustavo, “Desenvolvimento”, em Wolfgang Sachs, *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Vozes, Petrópolis, 2000.
- FIORI, José Luis, “Introdução. De volta à questão da riqueza de algumas nações”, em José Luis Fiori (org.), *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Vozes, Petrópolis, 1999.
- _____, “América Latina, um continente sem teoria”, publicado na *Agência Carta Maior* <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15943> em 24 de Abril de 2009

- FONTES, Virgínia, *O Brasil e o capital imperialismo*, Fiocruz/UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- FRANK, Andre Gunder, *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, Monthly Review Press, 1967.
- _____, *Lumperburguesía: lumpendesarrollo*, ERA, México D.F., 1971.
- _____, *América Latina: subdesarrollo y revolución*, ERA, México D.F., 1973 [1969].
- _____, *Capitalismo y subdesarrollo en América Latina*, 3ª edição, Siglo XXI, México D.F., 1974.
- _____, *Acumulação dependente e subdesenvolvimento*, Brasiliense, São Paulo, 1980.
- _____, “Latin American theories revisited: a participant review”, en *Latin American Perspectives*, nº 19, 1992.
- FRANK, Andre Gunder, James Coclroft e Dale Johnson, *Economía Política del subdesarrollo en América Latina*, Signos, Buenos Aires, 1970.
- FURTADO, Celso, *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1966.
- GONZÁLEZ, Horacio, *O que é subdesenvolvimento*, Brasiliense, 1985 [1980].
- HERNÁNDEZ, Roberto Carlos, *Cardoso-Marini: un debate inconcluso. Desarrollo, dependencia y democracia en América Latina*, Tesis de Maestría en Estudios Latinoamericanos, UNAM, México, 2004.
- _____, “La dependencia a debate”, en *Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos*, n.40, México, 2005/1, pp.11-54.
- HINKELAMMERT, Franz, *El subdesarrollo latinoamericano: un caso de desarrollo capitalista*, Nueva sociedad, Santiago de Chile, 1970a.
- _____, “La teoría clásica del imperialismo, el subdesarrollo y la acumulación socialista”, em M. A. Garreton (comp.), *Economía Política en la Unidad Popular*, Libros de confrontación, Barcelona, 1970b.
- _____, “Teoría de la dialéctica del desarrollo desigual”, *Cuadernos de la realidad nacional*, nº6, 1970c.
- HETTNE, Bjorn e Magnus Blömstrom, *Development theory in transition*, Londres, Zed Books, 1984.
- KAY, Cristóbal, *Latin American theories of development and underdevelopment*, Routledge, London/New York, 1989.
- LUCE, Mathias Seibel, *O subimperialismo brasileiro revisitado: a política de integração regional do governo Lula (2003-2007)*, Tese de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- MANTEGA, Guido, *A economia política brasileira*, Editora Vozes/Polis, São Paulo, 1984.

_____, “Teoria da dependência revisitada – um balanço crítico”, *Relatório de Pesquisa* n.27, Núcleo de Pesquisas e Publicações, Fundação Getúlio Vargas, 1997.

MARINI, Ruy Mauro, MARINI, Ruy Mauro, “Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporáneo”, en *Foro Internacional*, vol. 4, n. 20, 1965.

_____, “Brazilian ‘interdependence’ and imperialism integration”, *Monthly Review*, vol. 17, n. 7, 1965.

_____, *Subdesarrollo y revolución*, Ed. Siglo XXI, México D.F., 1969.

_____, “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, *Sociedad y desarrollo*, vol.1, n.1, Santiago de Chile, marzo de 1972.

_____, “Dialéctica de la dependencia: la economía exportadora”, em *Tres ensayos sobre América Latina*, Ed. Anagrama, Barcelona, 1973 [1972].

_____, “Brazilian subimperialism”, *Monthly review*, vol. 9, n° 23, 1972.

_____, *Subdesarrollo y revolución*, 5ª edição corregida e aumentada, Ed. Siglo XXI, México D.F., 1974.

_____, *El reformismo y la contrarrevolución. Estudios sobre Chile*, ERA, México, 1976.

_____, *Dialéctica de la dependencia*, 11ª edición, ERA, México D.F., 1991[1973].

_____, “La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo”, e *Cuadernos Políticos*, n. 12, abril-junio, 1977.

_____, “Las razones del neodesarrollismo (respuesta a F.H. Cardoso y J. Serra)”, *Revista Mexicana de Sociología*, número extraordinario, año XL, vol.XL, México, UNAM, 1978.

_____, *América Latina. Dependência e integração*, São Paulo, Página Aberta, 1992.

_____, *Dialéctica da dependência*, CLACSO-LPP-Vozes, Petrópolis, 2000.

_____, “Memória”, em Roberta Roberta e João Pedro Stedile (orgs.), *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*, Expressão Popular, São Paulo, 2005.

MARTINS, Carlos Eduardo, *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, Tese de Doutorado, Departamento de Sociologia, USP, 2003

_____, “O pensamento latinoamericano e a o sistema mundial”, en *Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano*, Buenos Aires, CLACSO, 2006.

OURIQUES, Nildo, *La teoría marxista de la dependencia: una historia crítica*, Tesis de doctorado, Facultad de Economía, UNAM, 1995.

_____, “América Latina, um continente sem teoria?”, publicado na *Agência Carta Maior* <http://www.cartamaior.com.br/templates/analiseMostrar.cfm?coluna_id=4320> em 05 de Maio de 2009

PALMA, Gabriel, “Dependencia y desarrollo: una visión crítica”, em Dudley Seers (comp.), *La teoría de la dependencia. Una revaluación crítica*, FCE, México D.F., 1981 [1978].

PINTO, Aníbal, “Diagnósticos do desenvolvimento na América Latina”, em José Serra (coord.), *América Latina: ensaios de interpretação econômica*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

RIDENTI, Marcelo, *O fantasma da revolução brasileira*, Ed. Unesp, São Paulo, 1993.

_____, “Desenvolvimentismo: o retorno”, *Revista Espaço Acadêmico*, n° 92, 2009.

RODRÍGUEZ, Octavio, *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*, Forense, Rio de Janeiro, 1981.

SERRA, José (coord.), *América Latina: ensaios de interpretação econômica*, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1976.

_____, “Three mistaken theses regarding the connection between industrialization and authoritarian regimes”, em David Collier (ed.), *The New Authoritarianism in Latin America*, Princeton University Press, New Jersey, 1979.

STAVENHAGEN, Rodolfo, “Siete tesis equivocadas sobre América Latina”, em *Tres ensayos sobre América Latina*, Ed. Anagrama, Barcelona, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição, “O desenvolvimento industrial latino-americano e a atual crise do transnacionalismo – algumas questões”, *Estudos CEBRAP*, número 13, 1975.

TRASPADINI, Roberta e João Pedro Stedile (orgs.), *Ruy Mauro Marini. Vida e obra*, Expressão Popular, São Paulo, 2005.

TRASPADINI, Roberta, *A Teoria da (Inter)dependência de Fernando Henrique Cardoso*, Topbooks, Rio de Janeiro, 1999.

VARGAS, Tatiana, *Particularidades da formação do capitalismo dependente brasileiro – O debate entre Cardoso e Marini*, Monografia em Ciências Sociais, IFCH- UNICAMP, 2009.

WAGNER, Adolfo, *Dois caminhos para o capitalismo dependente brasileiro: o debate entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini*, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFRJ, 2005.

WALLERSTEIN, Immanuel, “1968: revolución en el sistema-mundo. Tesis e interrogantes”, *Estudios Sociológicos*, n° 20, 1989.